

## País transita entre o emprego e o desalento

Por Ana Conceição

Nunca houve tanta gente empregada no Brasil - em termos absolutos. E nunca houve tanta gente desalentada, sem esperança de conseguir trabalho. É entre esses dois mundos que vive o brasileiro, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O órgão mostrou que a taxa de desemprego caiu para 12% no segundo trimestre deste ano, de 12,7% no primeiro quarto de 2019 e de 12,4% no mesmo período do ano passado. Na comparação do trimestre móvel de junho com o de maio também houve uma pequena queda, de 12,3% para 12%. Feito o ajuste sazonal tudo continua em 11,9%, taxa que se repete há alguns meses. O desemprego continua em níveis historicamente altos diante da fraqueza da recuperação da economia.

### Mais emprego, menos renda

Número de ocupados bate recorde, mas renda cai

**Emprego em alta**  
População ocupada - em mil



**Renda em queda**  
Redimento médio real - em R\$



Fonte: Pnad - IBGE

Em números absolutos, a população empregada chegou ao recorde de 93,342 milhões de pessoas no segundo trimestre deste ano. Um número relevante de 1,5 milhão de pessoas conseguiu uma ocupação ante o primeiro trimestre. Na comparação com o ano passado, o aumento é maior ainda: 2,4 milhões. Mas o trabalho informal foi responsável por cerca de 70% das vagas criadas, incluídos aí o trabalhador por conta própria sem CNPJ, de longe o segmento que mais gerou trabalho no período. Formal ou informal, o número de trabalhadores por conta própria é outro que também bateu recorde: 24,1 milhões.

# INFORME

Cimar Azeredo, coordenador da Pnad Contínua, chama atenção para o aumento de 0,9% no emprego com carteira assinada na comparação com o trimestre anterior, a primeira em cinco anos, e também com o ano passado (1,4%). Mas o contingente de 33,2 milhões de trabalhadores está bem aquém do recorde de 2014 (36 milhões). "O resultado é positivo porque gera postos de trabalho, mas ainda está longe de uma virada", diz.

Há 12,8 milhões de desempregados, enquanto o número de desalentados continua no recorde de 4,9 milhões de pessoas. Também o número de trabalhadores subocupados por insuficiência de horas, aqueles que gostariam de trabalhar mais e não conseguem, é o maior da série: 7,4 milhões. No total, a população subutilizada (desempregados, desalentados e todos os tipos de subocupados) é de 28,4 milhões (24,8% da força de trabalho). Dados que evidenciam um mercado de trabalho ainda muito fraco, observaram economistas do banco Safra.

Há mais emprego, mas há também menos renda. O rendimento real na média de todos os trabalhadores caiu 1,3% na comparação com primeiro trimestre e recuou 0,2% ante o ano passado. Assim, o crescimento da massa de salários, que acaba por determinar a demanda das famílias, estancou. A despeito da forte geração de vagas, a massa só aumentou 0,2% no segundo trimestre sobre o primeiro, após queda de 0,3% no primeiro, e cresceu 2,4% na comparação com o ano passado, ante crescimento de 3,3% no período anterior.

A queda da renda média está relacionada ao emprego informal e também reflete o limitado poder de barganha dos trabalhadores, em um cenário em que o desemprego ainda é muito alto, observa o economista Mauricio Nakahodo, do banco MUFG Brasil. "A inflação está mais moderada que no primeiro trimestre, o que poderia levar a um aumento real de renda, mas o poder de barganha tem sido limitado. E as empresas enfrentam dificuldade para conceder reajustes reais", afirma.

Os salários caíram tanto para quem tem carteira assinada quanto para informais como os conta própria. Nakahodo também chama atenção para o recorde no número de pessoas que trabalham menos horas do que gostariam, o que também influencia na renda.

Certamente, há mais gente concorrendo por trabalho. A taxa de participação, que mede o percentual de pessoas que estão na força (empregados e desempregados) em relação a toda a população que está em idade de trabalhar, alcançou em junho o recorde da série da Pnad Contínua, iniciada em 2012, 62,1%. "As pessoas precisam ganhar dinheiro e estão ofertando trabalho independentemente da qualidade e dos salários oferecidos", afirma Laísa Rachter, pesquisadora da área de Economia Aplicada do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre-FGV).

# INFORME

Na avaliação da Guide Investimentos, o crescimento dessa taxa mostra que as pessoas estão voltando ao mercado de forma consistente, influenciadas pela queda ainda que tímida do desemprego. Em junho, por exemplo, a oferta extra de mão de obra foi totalmente absorvida pela criação de vagas.

O crescimento lento da atividade indica que o desemprego deve continuar a cair de forma gradual, afirma Nakahodo, do MUFJ Brasil, que estima a taxa de desemprego média de 2019 em 11,8%, pouco abaixo da atual. Para o Itaú Unibanco, em um cenário de crescimento do PIB de 0,8% em 2019 e 1,7% em 2020 a taxa deve recuar a 11,8% no fim deste ano e para 11,6% em dezembro do ano que vem.

## **Recuperação do mercado de trabalho deve reverter desigualdade, aponta Ibre**

*Por Thais Carrança*

A trajetória de piora da desigualdade a partir da recessão de 2015 pode estar próxima do fim, segundo estudo do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre-FGV). Conforme a pesquisa, uma maior proporção de trabalhadores menos experientes empregados, com a esperada recuperação do mercado de trabalho, deve ajudar a reduzir a relevância do prêmio salarial para trabalhadores mais experientes, contribuindo para uma reversão da alta recente da iniquidade.

Desde o começo dos anos 2000, o país passou por um processo consistente de redução da desigualdade, apontam Daniel Duque, Bernardo Esteves e Matheus Leal, autores do estudo. No período recente, no entanto, houve uma inflexão nessa trajetória e a iniquidade voltou a crescer.

No artigo, divulgado em primeira mão ao Valor e que deverá ser publicado hoje no blog do Ibre, os pesquisadores buscam identificar o peso dos prêmios salariais da educação e dos anos de experiência dos trabalhadores nessa piora da desigualdade desde a crise. O prêmio salarial é quanto um profissional recebe a mais por ter maior tempo de estudo ou por ser mais experiente.

Além do impacto dos retornos salariais, o estudo também avalia o efeito da proporção de trabalhadores com mais estudo e experiência sobre a trajetória recente da desigualdade. Quando se tem mais trabalhadores com ensino superior, por exemplo, o prêmio salarial para esse trabalhador mais qualificado perde força.

## Perspectiva favorável

Alta da desigualdade pode ser interrompida à frente, dizem pesquisadores



Fonte: Pnad Contínua. Elaboração: Duque, Esteves e Leal. \*Índice de Gini é uma medida de desigualdade que varia de 0 a 1, sendo zero a igualdade perfeita. \*\*Sobre nenhuma escolaridade. \*\*\*Mais de 2 ano no trabalho atual sobre nenhuma experiência

Com base em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, os pesquisadores mostram que o percentual de trabalhadores com ensino superior completo passou de 14% a 20% entre 2012 e 2018. Conseqüentemente, nesse período, o prêmio salarial para quem tem esse nível de educação veio caindo continuamente, o que ajuda a diminuir a desigualdade.

Por outro lado, o prêmio de salário para os trabalhadores mais experientes - com mais de dois anos na ocupação atual, pelo recorte escolhido pelos autores - vem aumentando desde 2012. Duque afirma que o porquê isso acontece não é claro, mas, na recessão, pode estar relacionado à maior perda de emprego pelos trabalhadores menos experientes, que são menos produtivos, mais baratos de demitir e mais facilmente substituíveis.

Assim, o aumento do prêmio salarial da experiência parece estar puxando a alta recente da desigualdade, avaliam os pesquisadores. A boa notícia, dizem eles, é que, à medida que o mercado de trabalho se recuperar, a proporção de trabalhadores muito experientes tende a diminuir, com a maior entrada dos menos experientes. Com isso, a potência desse efeito promotor de desigualdade tende a se reduzir.

Duque destaca que a reversão esperada no processo de alta da desigualdade é portanto condicionada à melhora do mercado de trabalho. "Os fatores estão tendendo para que não haja mais aumento da desigualdade em algum tempo", prevê o economista. "Se a 4

# INFORME

recuperação continuar, uma estabilização pode acontecer já em 2019 e uma reversão de 2020 para frente."

Rogério Barbosa, pesquisador do Centro de Estudos da Metrópole (CEM) da USP, avalia que explorar os efeitos da educação e da experiência sobre a desigualdade é muito importante, pois esses fatores tiveram papel relevante na alta da desigualdade da renda do trabalho nos anos 1970 e na queda a partir dos anos 1990.

Como os pesquisadores da FGV, ele acredita que não há motivos para crer em uma alta do prêmio da educação superior à frente. No entanto, ele destaca que o estudo mostra um avanço constante dos prêmios da experiência entre 2012 e 2018, embora o mercado de trabalho tenha passado por momentos distintos nesse intervalo, com expansão até 2014 e crise depois disso.

"Nada faz pensar que o prêmio salarial responda rapidamente às mudanças na oferta de pessoas mais ou menos experientes no mercado de trabalho", pondera Barbosa. Ele avalia também, com base em seus estudos, que talvez a alta recente da desigualdade esteja mais ligada à demanda do que à oferta de mão de obra.

Isso porque a crise afeta de maneira distintas setores diversos, com a forte destruição de postos na construção civil, por exemplo, mas relativa preservação do emprego na educação e saúde. "Essas pessoas estão no mesmo lugar, mas as que estão perdendo estão se distanciando delas. A parte de baixo da distribuição 'andou para trás'", afirma.

Apesar das ponderações, Barbosa também acredita que a desigualdade tende a cair, caso o mercado de trabalho venha de fato a se recuperar. "A tendência dessazonalizada tem sido de minúscula mas contínua queda do desemprego. Com as pessoas entrando no mercado de trabalho, saem de cena pessoas com renda zero, isso vai reduzir a desigualdade", diz o sociólogo. Além disso, a maior demanda por mão de obra qualificada gera consumo e tem efeito multiplicador na dinâmica de recuperação, afirma.

## Confiança empresarial é a mais alta desde março

*Por Alessandra Saraiva*

Impulsionada por expectativas mais favoráveis, a confiança do empresariado mostrou em julho o maior patamar em quatro meses. O Índice de Confiança Empresarial (ICE) subiu 0,9 ponto entre junho e julho, para 93,9 pontos, melhor pontuação desde março deste ano (94,6 pontos) informou ontem a Fundação Getulio Vargas (FGV).

5

# INFORME

A sustentabilidade dessa alta, porém, ainda é duvidosa, segundo Viviane Seda Bittencourt, coordenadora de sondagens da fundação. Ela defende que, para retomada sustentável da confiança entre as empresas, seria necessária a melhora efetiva de economia no cenário atual - o que não aconteceu.

A confiança avançou em 67% dos 49 segmentos que integram o ICE em julho. Nos dois sub-indicadores componentes do ICE, o Índice de Situação Atual (ISA) subiu apenas 0,1 ponto entre junho e julho para 89,9 pontos; enquanto o Índice de Expectativas (IE) avançou 0,9 ponto e foi a 101 pontos. Ou seja: além de aumento fraco no ISA, o indicador ainda se mostra em patamar distante dos 100 pontos (limite favorável). "Esse nível de situação atual reflete um pouco a estagnação econômica", explicou ela. Em relação às expectativas, Viviane afirmou que a alta mais intensa representa a confiança do empresário em melhora no futuro.

Assim, segundo ela, o ICE não subiu devido a uma alguma melhora real na economia. "Isso é preocupante", observou.

Ela comentou que a aprovação do texto-base da reforma da Previdência pela Câmara ajudou a elevar expectativas do empresariado. Como a condução de política econômica do governo ficou voltada para o tema desde o início do ano, a lógica dos empresários é que, com a aprovação, agora haverá espaço para pensar em ações para se reativar a economia.

No entanto, ao ser questionada se a autorização pelo governo de saques de parte de contas do FGTS e PIS/Pasep poderia conduzir a uma trajetória sustentável de aumento na confiança empresarial, ela comentou que essa ação, por si só, não teria essa força. "É uma medida boa, mas vai atingir um nicho específico da economia. Vai ter melhora em comércio e serviços, indústria de não duráveis", concluiu, frisando que a ação não geraria melhora disseminada no consumo.

Para Viviane, outras medidas precisam ser tomadas para que ocorra aquecimento mais forte na economia. "É preciso melhorar a atividade do momento presente, para a demanda se recuperar, e todos passem a vender, a produzir e fiquem mais otimistas com emprego." Somente assim a confiança empresarial entraria em retomada sustentável, afirmou ela.

## Desemprego tem menor nível do ano

### *DA REDAÇÃO E AGÊNCIAS • SÃO PAULO*

A taxa de desemprego do Brasil caiu no trimestre até junho pela terceira vez seguida e chegou ao menor nível do ano com aumento da ocupação e queda da desocupação, em meio à lenta recuperação do mercado de trabalho.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) informou que a taxa de desemprego atingiu 12,0% nos três meses até junho, de 12,7% no primeiro trimestre e 12,4% no mesmo período de 2018. Foi a terceira queda seguida na taxa, depois de recuo a 12,3% no trimestre encerrado em maio, e iguala os 12% registrados nos três meses até janeiro. Para segundos trimestres, é o melhor resultado desde 2016 (11,3%).

“Podemos dizer que um primeiro passo foi dado, mas falar em virada ainda é forçar a barra”, avaliou o diretor-adjunto de pesquisas do IBGE, Cimar Azeredo. “Acho que temos um movimento importante no mercado de trabalho no segundo trimestre. Houve uma melhora em diversas variáveis e acho que estamos partindo para o rumo certo, temos um diferencial agora.”

No segundo trimestre, o Brasil tinha 12,766 milhões de desempregados, contra 13,387 milhões nos três primeiros meses de 2019 e 12,923 milhões no mesmo período do ano passado. Já o total de pessoas ocupadas entre abril e junho chegou a 93,342 milhões, de 91,863 milhões no primeiro trimestre e 90,941 milhões no mesmo período de 2018.

O contingente de desalentados, ou a quantidade de trabalhadores que desistiram de procurar uma vaga, subiu a 4,877 milhões, de 4,843 milhões no primeiro trimestre.

# INFORME

## ***Carteira assinada***

O emprego aumentou no setor privado com e sem carteira assinada. No trimestre até junho, 33,213 milhões de pessoas tinham emprego com registro em carteira, um aumento de 294 mil vagas sobre o primeiro trimestre. Entretanto, o total de pessoas sem carteira assinada subiu, a 11,5 milhões no período, de 11,124 milhões entre janeiro e março.

“Foi a primeira alta expressiva na carteira assinada em cinco anos e isso mostra uma diferença no mercado de trabalho”, observou Azeredo. “A informalidade cresce junto, mas dessa vez houve aumento também na formalização.”

Azeredo apontou a indústria como principal responsável pela abertura de vagas formais no segundo trimestre. O setor gerou 50% dos postos formais criados no período: dos 319 mil contratados pela indústria em um trimestre, 146 mil foram com carteira assinada.

O aumento expressivo de carteiras assinadas, segundo ele, foi registrado em São Paulo e Minas Gerais. O primeiro, disse Azeredo, tem “efeito farol”, já que as regiões tendem a seguir a tendência antes esboçada em São Paulo.

Em junho, o Brasil registrou criação líquida de 48.436 vagas formais de emprego, segundo o Ministério da Economia, no melhor dado para o mês desde 2013. O rendimento médio do trabalhador foi a R\$ 2,290 no período, segundo o IBGE.

(Fonte: DCI – 01/08/2019)